

Responsabilidade Social Corporativa e Adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Corporate Social Responsibility and Adherence to Sustainable Development Goals

Silvana Veroneze(1); Odair Schmidt(2); Cristian Baú Dal Magro(3); Sady Mazzioni(4)

- 1 Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, SC, Brasil.
E-mail: silvanaveroneze@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7990-5464>
- 2 Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, SC, Brasil.
E-mail: odaximite@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3627-484X>
- 3 Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, SC, Brasil.
E-mail: crisbau@unochapeco.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7609-5806>
- 4 Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, SC, Brasil.
E-mail: sady@unochapeco.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8976-6699>

Revista de Administração IMED, Passo Fundo, vol. 11, n. 1, p. 113-137, janeiro-junho, 2021 - ISSN 2237-7956

[Recebido: novembro 17, 2020; Aprovado: março 29, 2021; Publicado: dezembro 21, 2021]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2021.v11i1.4379>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*
Editora-chefe: Giana de Vargas Mores
Editor Técnico: Wanduir R. Sausen

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

O objetivo do estudo é avaliar o efeito conjunto dos fatores endógenos e do desempenho em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na adesão das empresas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), no âmbito internacional. Realizou-se pesquisa explicativa, documental e quantitativa, com análise descritiva e oito modelos de regressão logística binária. Foram analisadas 2.786 empresas de capital aberto listadas nos países do G-20, que publicaram seus relatórios de sustentabilidade no ano de 2018, das quais 300 aderiram aos ODSs. Os resultados indicam que o desempenho em RSC influencia positivamente a adesão das empresas aos ODSs. Ademais, quanto aos fatores endógenos analisados, o tamanho da empresa e o crescimento de vendas demonstraram influência sobre a adesão aos ODSs, de forma positiva e negativa, respectivamente. Complementarmente, a RSC modera positivamente a relação entre auditoria *big four* e adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O estudo fornece *insights* das implicações do desempenho em RSC na adesão das empresas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em âmbito internacional.

Palavras-chave: Responsabilidade social corporativa, Agenda 2030, Pacto Global

Abstract

The aim of the study is to evaluate the joint effect of endogenous factors and the performance in Corporate Social Responsibility (CSR) on companies' adherence to the Sustainable Development Goals (SDGs), at the international level. Explanatory, documentary, and quantitative research was carried out, with descriptive analysis and eight binary logistic regression models. 2,786 publicly traded companies listed in the G-20 countries were analyzed, which published their sustainability reports in 2018, of which 300 adhered to the SDGs. The results indicate that CSR performance positively influences companies' adherence to the SDGs. Furthermore, regarding the endogenous factors analyzed, the size of the company and the growth in sales showed an influence on the adherence to the SDGs, in a positive and negative way, respectively. In addition, CSR positively moderates the relationship between big four audit and adherence to the Sustainable Development Goals. The study provides insights into the implications of CSR performance on companies' adherence to the Sustainable Development Goals internationally.

Keywords: Corporate social responsibility, 2030 Agenda, UN Global Compact

1 Introdução

As contrapartes estão exigindo das empresas o compromisso com as ações socialmente responsáveis e ambientalmente sustentáveis (Schönherr, Findler, & Martinuzzi, 2017). Aliado a isso, cresce a expectativa sobre as ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). A teoria dos *stakeholders* conscientiza as empresas sobre a força das partes interessadas nos negócios, ao confirmar que a RSC influencia o desempenho organizacional (Freeman, 1984). Ademais, a teoria da legitimidade estabelece que a violação do contrato social pode ameaçar a sobrevivência de uma empresa e a divulgação das práticas socioambientais pode servir como mecanismo que auxilia na busca da legitimidade junto à sociedade (Deegan, 2002).

O comportamento socialmente responsável atua como ferramenta estratégica dos negócios, por estreitar o relacionamento entre a empresa e os seus *stakeholders* e demonstrar os compromissos assumidos com a sociedade (Suganthi, 2019). Contudo, o comportamento das organizações em relação à RSC também pode ser impactado por distintos fatores, a exemplo das características culturais de cada país onde atuam (Battistella, Mazzioni, & Dal Magro, 2020).

Notoriamente, as organizações têm promovido ações de implementação da RSC para apoiar a prosperidade econômica de forma simultânea à qualidade ambiental e à justiça social (Keijzers, 2005; Martins, Quintana, Jacques, & Machado, 2013; Rizzi, Mazzioni, Moura, & Oro, 2019), promovendo o *Triple Bottom Line* (TBL) (Elkington, 2011). Em 2015, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e universal, atuando no combate da pobreza, da desigualdade social e na preservação ambiental (Zanten & Tulder, 2018), os 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com a participação dos principais grupos e partes interessadas da sociedade civil, reuniram-se em uma ação global (United Nations, 2015), a fim de estabelecer os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) a serem alcançados até 2030.

As ações estratégicas estabelecidas pelo Pacto Global da ONU, além de fornecer novas soluções para os desafios de desenvolvimento sustentável, visaram impulsionar a conscientização das organizações, em todo mundo, sobre seu papel em relação ao alcance dos ODSs até 2030 (United Nations Global Compact, 2018a). A conquista dos objetivos globais pode propiciar resultados de elevada magnitude e atingir aproximadamente 12 trilhões de dólares no sistema econômico, revertidos em oportunidades para investimento em alimentação, agricultura, infraestrutura, saúde e bem-estar, além de promover milhões de novos empregos até 2030 (Schönherr, Findler, & Martinuzzi, 2017).

Nesse sentido, apesar da abrangência global das ações pretendidas pelos ODSs, atitudes particulares das empresas por meio da RSC são congruentes com o pacto global da Agenda 2030. Os resultados esperados pelos ODSs podem ter maior facilidade

de alcance a partir do alinhamento das estratégias de RSC das atividades empresariais. Para tanto, considera-se fundamental a participação dos líderes empresariais na integração dos ODSs em suas estratégias de negócios, como parte interessada no desenvolvimento global (Pedersen, 2018).

A relação entre RSC e desenvolvimento sustentável é reconhecida no campo da gestão organizacional (Behringer & Szegedi, 2016; Kolk & Tolder, 2010), sendo a RSC considerada relevante para o alcance dos ODSs (Xia, Olanipekun, Chen, Xie, & Liu, 2018). Durante décadas, a comunidade global tem solicitado envolvimento e parceria das empresas privadas no avanço de uma economia global sustentável. As primeiras manifestações ocorreram por meio de iniciativas de RSC, para enfrentar desafios socioambientais das suas operações internas e externas (Thorlakson, Zegher, & Lambin, 2018).

A partir da definição dos ODSs, Schramade (2017) analisou o relatório de sustentabilidade de empresas e descobriu que poucas faziam menção ao engajamento com a agenda global. Observou a existência de um desafio em vincular e justificar os investimentos de implementação dos ODSs aos benefícios trazidos com as ações de RSC. Isso torna explícita a necessidade de um esforço das empresas em alinhar o desenvolvimento sustentável global com as ações locais de RSC. Em sua investigação, Rosati e Faria (2018) descobriram que apenas 16% das empresas estudadas abordaram os ODSs em seus relatórios de sustentabilidade no ano de 2016 e que diversos fatores organizacionais internos estão associados à adesão. Contudo, não consideram o desempenho em RSC como fator de alcance dos ODSs na amostra investigada.

No cenário internacional, podem existir fatores internos que influenciam as decisões das organizações em aderir às ações mais sustentáveis e reportar seus compromissos com a sustentabilidade em seus relatórios (Hahn & Kühnen, 2013). As ações de RSC têm sido requeridas para se alinhar aos ODSs (Schönherr, Findler, & Martinuzzi, 2017), entretanto, estudos empíricos para testar essa relação têm sido escassos, sendo Hummel (2019) uma exceção ao investigar empresas europeias.

Diante disso, tem-se a seguinte problemática: qual a influência do efeito conjunto dos fatores endógenos e do desempenho em RSC na adesão das empresas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Assim sendo, o objetivo do estudo é avaliar o efeito conjunto dos fatores endógenos e do desempenho em RSC na adesão das empresas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito internacional.

A compreensão dos fatores endógenos pode influenciar de maneira expressiva os gestores, investidores e tomadores de decisão (Halkos & Skouloudis, 2018; Jensen & Berg, 2012), no planejamento de estratégias, investimentos e políticas específicas para cada país, a fim de nortear os fatores que influenciam de forma significativa as organizações na publicação de relatórios de sustentabilidade e na implementação dos ODSs (Global Reporting Initiative, 2016; United Nations Global Compact, 2018a, 2018b).

Este estudo apresenta diferenças em relação às pesquisas que investigaram a adoção dos ODSs pelas empresas, permitindo resultados complementares para a literatura do tema. Em primeiro lugar, contemplou empresas de diversas regiões do mundo, diferentemente de Hummel (2019) que investigou apenas empresas da Europa. Em segundo lugar, considerou os fatores organizacionais internos, enquanto Rosati e Faria (2019) consideraram os fatores institucionais do ambiente externo às organizações.

Além disso, este estudo destaca o alinhamento das estratégias de RSC das empresas como motivação para aderir aos ODSs, diferenciando-se de Rosati e Faria (2018), que incluíram outros fatores organizacionais internos. A relevância da pesquisa está em demonstrar que a adoção de boas práticas de RSC permite elaborar novos padrões de negócios e contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, muitos divididos em metas que são relevantes para os negócios.

2 Referencial teórico

2.1 Fatores endógenos e responsabilidade social corporativa

A sociedade está cada vez mais atenta às externalidades sociais e ambientais provocadas pela atuação das empresas. Como consequência, as empresas, ao repensarem seus modelos de negócios, optam pela oferta de produtos e serviços que sejam ética, social e ambientalmente responsáveis (Oginni & Omojowo, 2016).

Definir RSC tem sido complexo, ao permitir diferentes interpretações que se relacionam com circunstâncias específicas de cada negócio (Duman, Giritli, & Mcdermott, 2016). Embora a temática exista há décadas e apresente vantagens competitivas, não há uma definição universal na comunidade acadêmica (Xia et al., 2018). Duman et al. (2016) alegam que o elevado número de definições publicadas reitera que a RSC serve para melhorar a imagem das corporações perante a sociedade. Por sua vez, Cadbury (2006) descreve uma interpretação mais genérica, pela qual a RSC é instituída a partir de um acordo informal entre as partes representadas pelo mundo dos negócios e a sociedade.

Em uma das conceituações mais clássicas, Carroll (1979) considera que a RSC abrange as expectativas econômicas, jurídicas, éticas e discricionárias (filantrópicas) da sociedade em relação às organizações em um determinado momento. Esse conjunto de responsabilidades cria uma base ou infraestrutura que ajuda a caracterizar a natureza das responsabilidades das empresas para com a sociedade da qual fazem parte (Carroll, 1991).

Cada componente da RSC afeta de forma distinta as diferentes partes interessadas em decorrência de suas prioridades: as responsabilidades econômicas afetam de forma mais dramática os acionistas e empregados; as responsabilidades legais são mais importantes aos proprietários; as responsabilidades éticas afetam todos os grupos; as

responsabilidades filantrópicas afetam mais a comunidade e as organizações sem fins lucrativos, mas também os empregados (Carroll, 2016).

A realidade atual exige uma reflexão por parte das empresas e dos gestores a respeito da sustentabilidade e da RSC incorporada nos processos de produção de bens e serviços, a fim de assegurar que sejam estratégias reconhecidas como essenciais ao negócio (Campos & Gallon, 2016; Mello & Mello, 2018). Muitas empresas têm transcendido as barreiras do foco principal no lucro, para a transparência e adoção de condutas sustentáveis, que terá reflexo no lucro desejado (Mello & Mello, 2018).

Dessa forma, a postura de RSC vincula-se com a necessidade de atenção especial às questões internas da organização (remunerações adequadas para os colaboradores, oportunidades de trabalho e ambientes apropriados, com garantia de saúde e segurança); ajuda às comunidades locais, apoio às questões ambientais por meio de filantropia; patrocínio e/ou práticas operacionais e de marketing (Moir, 2001; Ness, 1992; Xia et al., 2018). Outro fator de destaque relacionado à RSC é a divulgação das ações. Ao analisar os motivos que levam as empresas a divulgarem informação voluntária (social e/ou ambiental), Deegan (2002) inclui a resposta para as ameaças à legitimidade da organização. O pressuposto da teoria da legitimidade é a de que as entidades são influenciadas e influenciam a sociedade onde atuam (Deegan, 2002).

Ao publicar relatórios de sustentabilidade, as empresas demonstram suas práticas ambientais e sociais no intuito de alcançar sintonia entre as suas atividades e as expectativas da sociedade, fundamentadas no sistema de crenças e valores vigentes. Assim, a divulgação dos relatórios pode ser considerada uma ação estratégica para a sociedade legitimar as atividades empresariais e obter, manter ou recuperar legitimidade social (Dias Filho, 2012).

Ao analisar os fatores que afetam a publicação de informações ambientais no relato integrado ou no relatório de sustentabilidade das empresas, Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017) confirmaram que o tamanho da empresa aumenta as chances de divulgação de informações socioambientais. Consideram que empresas maiores dispõem de melhores condições para dar publicidade as suas ações sustentáveis.

Arminen, Puumalainen, Patari e Fellnhofer (2018) examinaram os efeitos institucionais no desempenho social corporativo em indústrias internacionais, em uma amostra de 6.211 empresas de 52 países. Os resultados indicaram que o tamanho da empresa e o desempenho financeiro influenciam positivamente o desempenho em RSC das empresas. Soschinski, Brandt e Klann (2019) analisaram a influência da internacionalização nas práticas de RSC em empresas brasileiras. A amostra compreendeu 71 empresas durante os anos de 2007 a 2017. O nível de internacionalização das empresas mostrou-se positivamente relacionado à RSC, mas apenas na dimensão social e para empresas não reguladas.

Guandalini, Sun e Zhou (2019) avaliaram a implementação dos ODSs por meio das mudanças de custos na empresa Walmart do México e América Central. Os

resultados sugerem uma abordagem para reduzir o *trade-off* entre atividade sustentável e objetivos financeiros. Rosati e Faria (2019) analisaram os fatores institucionais, em nível de país, que intensificam a abordagem dos ODSs nos relatórios de sustentabilidade. Os achados indicaram que a vulnerabilidade às mudanças climáticas, responsabilidade social corporativa nacional, maiores investimentos em educação de nível superior, cultura de indulgência, individualismo, distância do poder, orientação de longo prazo, menores níveis de coordenação de mercado e proteção do emprego mostraram-se fatores determinantes.

Complementarmente, Rosati e Faria (2018) investigaram a relação entre adesão aos ODSs nos relatórios de sustentabilidade e fatores organizacionais internos, combinando os dados divulgados em 2016 pela *Global Reporting Initiative* e Orbis. Observaram que o maior tamanho das empresas, nível mais elevado de ativos intangíveis, maior comprometimento com estruturas de sustentabilidade e garantia externa, maior participação das mulheres em cargos de direção e composição de membros mais jovens em conselhos administrativos representam os fatores preponderantes. Diante do contexto, tem-se a seguinte hipótese de pesquisa:
 H_1 : Os fatores endógenos afetam a adesão da empresa aos ODSs.

2.2 Responsabilidade social corporativa e os ODSs

A teoria dos *stakeholders* (partes interessadas) tem sido utilizada para suportar a relação positiva entre o desempenho social e o desempenho financeiro das corporações (Clarkson, 1995; Jones, 1995). Estudos empíricos têm investigado os benefícios da RSC para transformar o estigma de obrigação em estratégias que melhoram a sustentabilidade dos negócios, afetando positivamente o desempenho financeiro (Ngai et al., 2017).

A teoria sustenta que as empresas com desempenho social aumentam o valor de mercado e reduzem os riscos corporativos (Brooks & Oikonomou, 2018). Por sua vez, o envolvimento das empresas com relatórios de sustentabilidade conduz a melhoria no desempenho da RSC, pois se torna uma atividade mensurável e visível para as partes interessadas (Topping, 2012). As divulgações voluntárias estão relacionadas à menor probabilidade de envolvimento em conduta imprópria (discriminação ou suborno), especialmente nas organizações mais complexas (Christensen, 2016).

Embora a incorporação de iniciativas de RSC em uma organização é identificada como uma ferramenta estratégica para alcançar um desempenho sustentável (Suganthi, 2019), a maioria das pesquisas sobre esse assunto foi realizada em países desenvolvidos. Assim, há carência de estudos empíricos sobre tais práticas em países emergentes (Lourenço & Branco, 2013).

Hoque, Rahman, Molla, Noman e Bhuiyan (2018) investigaram 126 artigos quanto aos objetivos e as práticas de RSC nos negócios e na sociedade, no contexto de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os resultados indicaram que os gestores

não demonstram preocupação em alinhar os objetivos da empresa aos objetivos da sustentabilidade e às funções desenvolvidas pela RSC. Considera-se que muitas empresas praticam a RSC como forma de filantropia voluntária, para construir uma imagem pública e aumentar o lucro do negócio. Assim, as práticas de RSC foram adotadas como estratégia de marketing, deixando de colaborar com a meta do bem-estar social (ODS 3) (Hoque et al., 2018).

A percepção de que a RSC contribui para o desenvolvimento sustentável é suportada pelos estudos de Xia et al. (2018), ao proporem estruturar o estado-da-arte da RSC na indústria da construção civil e seu nexos no desenvolvimento sustentável. Os achados permitiram aprofundar o entendimento da RSC na indústria da construção civil, fornecendo implicações práticas para que as partes interessadas possam contribuir de maneira eficaz no desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, Oginni e Omojowo (2016) abordaram as preocupações das indústrias na África Subsaariana sobre as práticas de desenvolvimento sustentável intrínsecas aos modelos de RSC. Para tanto, examinaram os componentes econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável e da RSC de 335 empresas localizadas em Camarões. As descobertas demonstraram que as indústrias priorizam as dimensões ambientais e sociais em detrimento das econômicas. No entanto, observaram que algumas grandes empresas implementam amplas práticas de RSC em prol de negócios sustentáveis.

Wofford, Macdonald e Rodehau (2016) destacaram que implementar práticas de RSC no que tange à saúde da mulher no local de trabalho é uma forma de alcançar o ODS que trata dos direitos das mulheres. Por sua vez, Schönherr, Findler e Martinuzzi (2017) argumentaram que os ODSs são benéficos às atividades de RSC. Em primeiro lugar, constituem um conjunto de questões de desenvolvimento sustentável acordadas universalmente, divididas em alvos para a RSC nos negócios. Em segundo lugar, sugerem um conjunto de objetivos comuns que permitem a criação de parcerias entre as partes interessadas para abordar o desenvolvimento sustentável. Por terceiro, fornecem uma estrutura para gestores avaliarem o desempenho em RSC (Xia et al., 2018).

A implementação dos ODSs pode proporcionar condições benéficas às organizações, como no fornecimento de incentivos para investimento, implementação e publicação nos relatórios dos ODSs. Os fatores institucionais relacionados ao relatório podem variar de acordo com as características do ambiente institucional e a especificidade de cada país (Rosati & Faria, 2019; Batistella, Mazzioni, & Dal Magro, 2020). Nessa perspectiva, é fundamental que os objetivos estratégicos do negócio estejam baseados em desenvolvimento sustentado, de forma que empresas envolvidas ativamente na promoção do bem-estar social e que contribuem para a proteção do ambiente ecológico, aumentam sua conscientização sobre RSC. Portanto, o estabelecimento de desenvolvimento sustentável e a realização de práticas de RSC são garantias importantes para alcançar objetivos estratégicos (Ngai et al., 2017).

Nesse sentido, os 17 ODSs foram desenvolvidos como diretrizes para o plano de ação da ONU, visando a um futuro ambientalmente sustentável, juntamente com crescimento econômico e inclusão social. Assim, o desenvolvimento de práticas de RSC podem ser o vetor fundamental no desencadeamento e na integração dos ODSs aos objetivos do negócio (Giannetti et al., 2018). A adoção dessas ações, investimentos e estratégias relacionadas aos aspectos econômicos, ambientais e sociais, possibilita às organizações relatá-las publicamente nos denominados relatórios de sustentabilidade (Global Reporting Initiative, 2016). Esses relatórios permitem avaliar as práticas e estratégias corporativas na incorporação dos ODSs (Adams, 2017).

A adoção dos ODSs é uma oportunidade para o desenvolvimento dos negócios, uma vez que o papel da sustentabilidade tem se intensificado continuamente. Essa conduta representa uma perspectiva estratégica frente aos resultados dos negócios, quando incorporados às estratégias de RSC e às principais atividades de tecnologias empresariais (Pedersen, 2018).

Concomitantemente, análises empíricas e de casos de negócios demonstram que práticas envolvendo RSC são ações estratégicas que visam a reduzir os efeitos negativos da atividade em parâmetro internacional e a ampliar a satisfação e engajamento dos colaboradores (Attig, Boubakri, Ghouil, & Guedhami, 2016). No cenário brasileiro, a busca por ações de RSC estão relacionadas a decisões estratégicas no que tange à inserção do mercado externo, como forma de atender pressões de *stakeholders* (Soschinski, Brandt, & Klann, 2019).

Portanto, a RSC é parte essencial das atividades organizacionais e de comunicação corporativa (Carroll, 1999), que afeta a relação entre organizações e partes interessadas (Albinger & Freeman, 2000; Bhattacharya, Korschun, & Sen, 2009). Muitas empresas investem em RSC para construir uma identidade organizacional (Marin & Ruiz, 2007) e consolidar a reputação corporativa (Dijkmans, Kerkhof, & Beukeboom, 2015). O desenvolvimento de práticas de RSC em conjunto com a implementação de um modelo de negócios sustentáveis é uma condição para facilitar o atingimento dos ODSs (Oginni & Omojowo, 2016).

Os estudos trazem o entendimento de que as empresas com RSC buscam alcançar os ODSs. Contudo, estudos empíricos que comprovam essa relação ainda são escassos. Para tanto, torna-se importante entender se as práticas de RSC atendem aos ODSs, e se as empresas privadas estão engajadas com a agenda global.

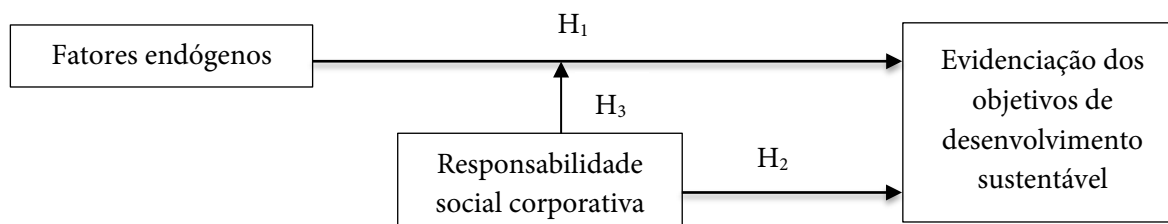
Os pressupostos teóricos discutidos fazem emergir as seguintes hipóteses de pesquisa:

H₂: O desempenho em RSC afeta a adesão da empresa aos ODSs.

H₃: O desempenho em RSC modera a relação entre os fatores endógenos e a adesão da empresa aos ODSs.

A partir das hipóteses, elaborou-se o modelo teórico da pesquisa (Figura 1).

Figura 1. Modelo teórico da pesquisa



3 Método

No intuito de atender ao objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa explicativa, documental e com abordagem quantitativa. O período estabelecido para a análise dos dados correspondeu ao exercício de 2018, por ser o período mais recente com dados disponíveis na data da coleta (fevereiro de 2020).

O estudo seguiu o procedimento de Rosati e Faria (2019), considerando as empresas listadas na base GRI (*Global Reporting Initiative*, 2018) que satisfaçam as seguintes condições: (i) a empresa publicou o relatório de sustentabilidade no período; (ii) o relatório de sustentabilidade foi elaborado de acordo com os padrões GRI; (iii) a base GRI informou se o relatório de sustentabilidade abordou os ODSs.

A coleta dos dados considerou as seguintes fontes de dados: *CSRHub* para a variável de RSC; *Thomson Reuters* para as demais variáveis independentes; *Global Reporting Initiative* para mensurar a variável dependente.

O Quadro 1 mostra a descrição e as métricas das variáveis utilizadas na pesquisa. As variáveis explicativas foram utilizadas a partir dos pressupostos teóricos discutidos nos estudos prévios indicados em cada fator selecionado.

Quadro 1. Constructo de pesquisa

Variáveis dependentes	Métrica	Autores de base
Adesão aos objetivos de desenvolvimento sustentável	<i>Dummy</i> igual a 1 para empresa que abordou os ODSs no relatório de sustentabilidade, 0 caso contrário	Rosati e Faria (2019)
Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do valor contábil do ativo total da empresa <i>i</i> do ano <i>t</i>	Pinheiro, Vasconcelos, Luca e Crisóstomo (2017); Kouloukoui, Gomes, Marinho, Torres, Kiperstok e Jong (2018)
Empresa de auditoria (AUD)	<i>Dummy</i> igual a 1 para empresa auditada por firma <i>big four</i> , 0 caso contrário	Rizzi et al. (2019)
Retornos sobre os ativos (ROA)	<u>Lucro líquido</u> Ativo total	Arminen et al. (2018); Guandalini, Sun e Zhou (2019)

Variáveis dependentes	Métrica	Autores de base
Endividamento (END)	<u>Passivo total</u> Ativo	Pinheiro et al. (2017); Dallabona, Gonçalves e Radloff (2018); Lopes, Kaveski, Beuren e Theiss (2019)
Crescimento de vendas (CV)	<u>Vendas ano t – vendas ano t₋₁</u> Vendas ano t ₋₁	Rizzi et al. (2019)
Grau de intangibilidade (GI)	Valor contábil do ativo intangível	Rosati e Faria (2018)
Grau de ativos fixos (GAT)	Percentual de ativos fixos em relação ao ativo total	Silva (2005)
Desempenho em responsabilidade social corporativa (RSC)	Índice de desempenho em RSC da empresa, quanto mais próximo de 100, melhor	Arminen et al. (2018); Acabado, Branca, Catalão-Lopes e Pina (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os procedimentos utilizados para realização do estudo permitiram obter uma amostra de 2.786 empresas, de 35 países pertencentes ao grupo econômico G-20, que consideraram os ODSs na publicação do relatório GRI, em 2018.

Para verificar se a empresa publicou o relatório GRI abordando os ODSs e o nível de evidenciação dos mesmos, considerou-se a base da *Global Reporting Initiative*. Em relação ao desempenho em RSC, a coleta ocorreu na base CSRHub. Quanto aos fatores endógenos (tamanho, empresa de auditoria, ROA, endividamento, crescimento de vendas, grau de intangibilidade e grau de ativos fixos), a coleta foi realizada na base Thomson Reuters®.

A pesquisa foi composta por empresas de capital aberto, estabelecidas nos países do G-20, localizadas em 35 países, agregando dados de três bases distintas: CSRHub, Thomson Reuters e GRI. A composição da amostra está descrita na Tabela 1.

Tabela 1. Composição da amostra

Variáveis	Fonte de dados	Amostra
Empresas com IDRSC na base	CSRHub	18.424
Empresas com IDRSC do G-20	CSRHub	15.987
Empresas com IDRSC “avaliado”	CSRHub	7.442
Empresas com todas as demais variáveis independentes	Thomson Reuters®	2.786
Empresas da amostra com abordagem dos ODSs nos RS	GRI	300

Fonte: Elaborada pelos autores.

Iniciou-se a coleta de dados na base CSRHub, que em acervo disponibilizava informações de 18.424 empresas no momento do acesso. Em seguida, considerando as empresas de capital aberto estabelecidas nos países do G-20, restaram 15.987. Na sequência, foram mantidas as empresas com classificação “avaliado”, ou seja, que

possuem o Índice de Desempenho de Responsabilidade Social Corporativa (IDRSC). A partir desses critérios, 7.442 empresas pertencentes ao G-20 apresentaram classificação IDRSC. Na etapa seguinte realizou-se a coleta na base Thomson Reuters[®], permanecendo na amostra 2.786 empresas, que continham todos os dados das variáveis independentes.

Para a análise dos dados, foram aplicadas as técnicas da estatística univariada (média, mediana, desvio-padrão) e regressão logística binária, com uso do software SPSS. A regressão logística pode ser compreendida como a técnica que investiga a relação entre as variáveis explicativas, métricas e não métricas e uma variável dependente categórica binária. Esse modelo não pressupõe a existência de homogeneidade de variância e normalidade dos resíduos, portanto, destina-se a aferir a probabilidade da ocorrência de certo evento e a identificar características dos elementos de cada grupo, determinados pela variável categórica (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009).

4 Resultados e Discussão

Esta seção inicia com a apresentação dos resultados da estatística descritiva das variáveis (Tabela 2), para que se tenha um panorama dos fatores endógenos, da variável IDRSC e a adoção dos ODSs presentes na amostra composta por 2.786 empresas, distribuídas no âmbito de nove regiões geográficas consideradas na base CSRHub: África (85 empresas); América do Sul (73); América do Norte (886); Ásia (708); Europa (750); Pacífico (156); Oriente médio (6); Sul da Ásia (94) e Sudeste Asiático (28).

Tabela 2. Estatística descritiva das variáveis quantitativas (IDRSC)

Região	Indicador	TAM	ROA	END	CV	GI	GAT	IDRSC
África	Média	8.122	6,68	0,54	0,02	0,12	0,11	56,94
	Mediana	1.592	6,10	0,53	0,01	0,08	0,08	57,00
	DP	22.520	8,00	0,19	0,14	0,13	0,12	5,48
América do Norte	Média	33.186	5,77	0,64	0,09	0,21	0,10	50,83
	Mediana	5.006	4,97	0,63	0,08	0,13	0,06	50,00
	DP	154.158	6,89	0,24	0,17	0,21	0,11	6,45
América do Sul	Média	18.891	6,12	0,65	-0,04	0,16	0,09	54,41
	Mediana	6.581	5,67	0,64	-0,04	0,08	0,04	54,00
	DP	52.962	7,59	0,31	0,18	0,18	0,12	7,69
Ásia	Média	61.558	4,83	0,52	0,12	0,06	0,10	51,10
	Mediana	7.019	4,17	0,51	0,09	0,02	0,09	52,00
	DP	311.296	5,11	0,23	0,58	0,10	0,10	8,13
Europa	Média	44.822	5,77	0,61	0,03	0,24	0,10	58,10
	Mediana	4.272	4,75	0,60	0,00	0,18	0,08	59,00
	DP	178.313	9,01	0,24	0,23	0,21	0,12	7,02

Região	Indicador	TAM	ROA	END	CV	GI	GAT	IDRSC
Pacífico	Média	19.422	2,40	0,50	0,08	0,22	0,09	49,71
	Mediana	1.068	5,77	0,48	0,02	0,15	0,05	49,00
	DP	90.823	31,50	0,24	0,46	0,23	0,10	8,70
Oriente Médio	Média	26.880	3,06	0,57	-0,03	0,07	0,06	48,67
	Mediana	17.945	1,71	0,59	0,01	0,04	0,05	49,50
	DP	30.324	4,78	0,20	0,15	0,09	0,06	6,77
Sul da Ásia	Média	19.626	8,11	0,54	0,07	0,09	0,10	57,70
	Mediana	3.910	6,50	0,53	0,07	0,03	0,07	58,00
	DP	62.692	8,24	0,26	0,25	0,16	0,10	5,47
Sudeste da Ásia	Média	8.194	9,36	0,50	0,04	0,07	0,10	54,57
	Mediana	3.616	5,02	0,48	0,00	0,02	0,07	54,00
	DP	15.611	11,19	0,21	0,22	0,15	0,12	6,18

Fonte: Elaborada pelos autores.

Notas: TAM = Tamanho; ROA = Retorno sobre os ativos; END = Endividamento; CV = Crescimento em vendas; GI = Grau de intangibilidade; GAT = Grau de ativos fixos; IDRSC= Desempenho em RSC.

Com base na Tabela 2, pode-se identificar que as empresas que possuem as maiores médias em relação à variável “tamanho” estão localizadas na Ásia, Europa e América do Norte, enquanto a África, Sudeste da Ásia e América do Sul apresentaram as menores médias. Nota-se a dispersão da amostra em relação ao tamanho, dado que o desvio-padrão supera a média em todas as regiões.

Constatou-se que as empresas localizadas no Pacífico, Oriente Médio e Ásia apresentaram os menores índices de retorno sobre os ativos. Por outro lado, as empresas localizadas no Sudeste da Ásia, Sul da Ásia e África apresentaram maiores retornos sobre os ativos. Observa-se a dispersão da amostra em relação ao ROA, em decorrência do desvio-padrão superar a média em todas as regiões.

Empresas localizadas na América do Sul, América do Norte e Europa mostraram maior endividamento, por sua vez, as menores médias foram observadas na Ásia, Sudeste da Ásia e África. Para essa variável, nota-se maior homogeneidade da amostra nas regiões, dado que o desvio-padrão mostrou-se menor que as médias.

No que concerne ao crescimento de vendas, em 2018, identificou-se que as empresas da Ásia, América do Norte e Pacífico foram as que apresentaram resultados superiores em comparação a 2017. Em outras regiões, os resultados foram negativos, a exemplo da América do Sul e do Oriente Médio. Nota-se que em todas as regiões o desvio-padrão superou as médias.

Referente ao grau de intangibilidade, os maiores índices foram apresentados pelas empresas da Europa, Pacífico e América do Sul, enquanto as empresas na Ásia, Oriente Médio e Sudeste da Ásia mostraram menores índices. O desvio-padrão mostrou-se superior às médias, indicando amostra dispersa. Quanto ao grau de ativos fixos, as

médias mostraram-se mais similares, em que as empresas da África apresentaram os maiores índices, e as localizadas no Oriente Médio as menores médias. O desvio-padrão superou a média, porém com dispersão menor.

Ao analisar o índice de desempenho em RSC das empresas, considerando que quanto mais próximo de 100 melhor, pode-se inferir que as médias das regiões geográficas variam entre 48,37 e 58,10. As empresas localizadas na Europa atingiram um índice de 58,10, as do Sul da Ásia 57,70 e as da África 56,94, apresentando as maiores médias e com maior predomínio quanto à implementação de práticas de RSC. As regiões que obtiveram menores índices de desempenho em RSC foram: Oriente Médio (48,67), Pacífico (49,71) e América do Norte (50,83). Nessa variável, a dispersão mostrou-se reduzida em comparação com as demais, considerando que o desvio-padrão é menor que as médias.

Na Tabela 3 apresenta-se a frequência das empresas em relação ao tipo de empresa de auditoria e à adesão aos ODSs na elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

Tabela 3. Frequência das variáveis dicotômicas

Variável	Sim	%	Não	%
AUD = Auditoria	2.400	86,1	386	13,9
ODSs = Objetivos de desenvolvimento sustentável	300	10,7	2.486	89,3

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se que 86,1% das companhias eram auditadas por *big four* e 10,7% abordaram os ODSs no relatório de sustentabilidade (Tabela 3). A implementação dos ODSs pode ser influenciada pela disposição dos países formalizarem os compromissos com os ODSs e pela capacidade de transformar os desafios globais em questões nacionais (Biermann, Kanie, & Kim, 2017).

A Tabela 4 mostra o número de empresas que adotaram os ODSs no relatório de sustentabilidade, compilados por país, a proporção em relação ao total de empresas e a média do desempenho em RSC das empresas do respectivo país.

Tabela 4. Ranking dos países que abordaram os ODSs no relatório GRI

Países	Região	Média IDRSC	Proporção (%)	Nº de empresas
Estados Unidos da América	América do Norte	57,64	14,67	44
Alemanha	Europa	60,30	10,00	30
Reino Unido	Europa	61,24	8,33	25
Austrália	Pacífico	57,35	6,67	20
Japão	Ásia	56,05	6,67	20
Índia	Sul da Ásia	58,50	6,00	18
Total		59,23	100,00	300

Países	Região	Média IDRSC	Proporção (%)	Nº de empresas
Suécia	Europa	61,33	5,00	15
França	Europa	64,43	4,67	14
Itália	Europa	64,00	4,00	12
Canadá	América do Norte	57,27	3,67	11
Finlândia	Europa	62,55	3,67	11
Brasil	América do Sul	58,56	3,00	9
África do Sul	África	59,87	2,67	8
Países Baixos	Europa	59,43	2,33	7
China	Ásia	57,50	2,00	6
Rússia	Europa	53,10	2,00	6
Coreia do Sul	Ásia	59,20	1,67	5
Espanha	Europa	66,60	1,67	5
México	América do Norte	55,00	1,67	5
Portugal	Europa	60,20	1,67	5
Argentina	América do Sul	52,75	1,33	4
Áustria	Europa	61,00	1,33	4
Irlanda	Europa	61,25	1,33	4
Grécia	Europa	56,33	1,00	3
Polônia	Europa	51,67	1,00	3
Arábia Saudita	Oriente Médio	53,00	0,33	1
Bélgica	Europa	65,00	0,33	1
Dinamarca	Europa	54,00	0,33	1
Hungria	Europa	67,00	0,33	1
Indonésia	Sudeste Asiático	62,00	0,33	1
Luxemburgo	Europa	62,00	0,33	1
Total		59,23	100,00	300

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se que os Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Austrália e Japão apresentaram o maior número de empresas. Segregando-se por região, das 300 empresas que manifestaram adesão aos ODSs, a distribuição seguiu: Europa 49,34%; América do Norte 20%; Ásia 10,33%; Pacífico 6,67%; Sul da Ásia 6%; América do Sul 4,33%; África 2,67%, Oriente Médio e Sudeste Asiático com 0,33%.

A fim de avaliar o efeito conjunto dos fatores endógenos e do desempenho em RSC na adesão das empresas aos ODSs, foram elaborados oito modelos de regressão logística binária, apresentadas na Tabela 5. Nos modelos, foram consideradas as variáveis apresentadas na Figura 1, acrescentando-se moderações dessas variáveis com o desempenho em RSC.

Tabela 5. Influência dos fatores endógenos e da RSC na adesão aos ODSs no Relatório GRI

Variáveis independentes	Adesão aos ODSs							
	Coef./sig. Modelo 1	Coef./sigModelo 2	Coef./sigModelo 3	Coef./sigModelo 4	Coef./sigModelo 5	Coef./sigModelo 6	Coef./sigModelo 7	Coef./sigModelo 8
IDRSC	0,115*	0,098**	0,710*	0,115*	0,103*	0,114*	0,122*	0,122*
LnTAM	0,112*	-0,004	0,11*	0,112*	0,110*	0,112*	0,113*	0,109*
TAMxIDRSC		0,267						
AUD	0,263	0,264	-2,716***	0,263	0,258	0,252	0,263	0,262
AUD x IDRSC			0,052***					
ROA	0,008	0,008	0,008	0,006	0,008	0,008	0,008	0,008
ROAxIDRSC				0,019				
END	-0,148	-0,145	-0,174	-0,147	-1,342	-0,137	-0,154	-0,147
ENDxIDRSC					0,296			
CV	-0,675	-0,662	-0,71***	-0,675***	-0,662	-3,142	-0,676***	-0,660
CVxIDRSC						0,902		
GI	0,316	0,305	0,308	0,316	0,318	0,317	2,474	0,306
GIXIDRSC							-0,398	
GAT	0,040	0,043	0,600	0,04	0,47	0,025	0,035	3,893
GATxIDRSC								-0,395
Constante	-9,788*	-7,897*	-7,202*	-9,765*	-8,421*	-9,537*	-10,532*	-10,519*
R ²	0,157	0,157	0,159	0,157	0,157	0,157	0,157	0,157
Verossimilhança	1678,62	1678,48	1675,08	1678,61	1678,36	1678,10	1678,02	1678,02
Sig. Mod.	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*	0,000*
Wald	1197,06	1197,06	1197,06	1197,06	1197,06	1197,06	1197,06	1197,06
Qui-quadrado	224,997*	225,133*	228,533*	224,998*	225,252*	225,512*	225,588*	225,592*
Graus de liberdade	1	1	1	1	1	1	1	1

* significativo ao nível de 1%; ** significativo ao nível de 5%.

O teste qui-quadrado dos modelos foi significativo ao nível de 1%, com resultado equivalente para rejeitar a hipótese nula de que os coeficientes são iguais a zero e que as probabilidades não são afetadas pelos coeficientes, podendo-se assumir que, ao menos, um dos coeficientes é estatisticamente diferente de zero (Gujarati, 2006).

Os resultados evidenciados na Tabela 5 indicam que os oito modelos apresentados foram validados, sendo que as variáveis independentes apresentaram significância estatística, no conjunto, para explicar a adesão aos ODSs. O poder explicativo (R^2) dos modelos econométricos indica que as variáveis independentes respondem por aproximadamente 16% do comportamento da variável dependente.

Embora o poder explicativo não seja elevado, Goldberger (1998) considera que um R^2 elevado não é uma evidência favorável ao modelo, nem um R^2 baixo constitui uma prova desfavorável. Por sua vez, Gujarati (2006, p. 179) explica que “o pesquisador deveria estar mais preocupado com a relevância lógica ou teórica das variáveis explanatórias em relação à variável dependente e em sua significância estatística”. Nesse sentido, as variáveis utilizadas no modelo são recorrentes em estudos prévios e apresentam consistência teórica para o seu uso.

Ao avaliar o efeito do IDRSC na adesão aos ODSs, pode-se inferir a influência positiva e significativa ao nível de 1% ou 5% em todos os modelos. A relação entre desempenho em RSC e divulgação da sustentabilidade tem sido estudada e confirmada na literatura (Rosati & Faria, 2018; Hummel 2019; Rosati & Faria, 2019). Os resultados confirmam o pressuposto da teoria da divulgação voluntária, pois as empresas com desempenho superior em RSC fornecem informações não financeiras para sinalizar o tipo de desempenho e se distinguir das empresas com desempenho insatisfatório.

Por sua vez, a teoria da legitimidade preconiza que as empresas usam a divulgação de RSC como uma estratégia de legitimação, para corrigir possíveis falhas de legitimidade existentes ou futuras (Deegan, 2002). Assim, o relacionamento positivo indica que as empresas com desempenho superior em RSC fazem uso dos ODSs em seus relatórios como um meio de sinalizar seu comportamento ao mercado.

Os resultados sugerem que as empresas maiores e com maior desempenho em RSC influenciam positivamente a adesão aos ODSs. Os achados do estudo são coerentes com as observações encontradas em Rosati e Faria (2018), de que as empresas maiores e com maior IDRSC têm maior probabilidade de vinculação aos ODSs na publicação do relatório modelo GRI. Adicionalmente, confirmam o pressuposto de que empresas com maior tamanho são mais propensas a ser socialmente responsáveis (Arminen *et al.*, 2018; Albuquerque, Sousa, Lopes, Guimarães, & Ponte, 2019) e aumenta as chances de divulgação de informações socioambientais (Ricardo, Barcellos, & Bortolon, 2017). Contudo, no modelo que considerou o efeito moderador da RSC e do tamanho, o efeito influenciador não foi identificado.

Os resultados indicam que a presença de auditoria *big four* de maneira isolada não afeta a adesão das empresas aos ODSs nos relatórios de sustentabilidade. Esse resultado

pode ser decorrente do fato de que os relatórios de sustentabilidade não são, muitas vezes, submetidos à apreciação das empresas de auditoria ou de acreditação externa. Contudo, ao se moderar o tipo de auditoria com o desempenho em RSC (modelo 3), os efeitos tornam-se significativos e distintos.

O crescimento de vendas mostrou indícios de uma relação negativa com a adesão aos ODSs, indicando que empresas com níveis menores de crescimento estão mais propensas a considerar os ODSs em seus relatórios. Contudo, o efeito conjunto do desempenho em RSC e do crescimento de vendas, não demonstrou significância. Por sua vez, as variáveis representativas do rendimento sobre ativos, endividamento e grau de ativos fixos não se mostraram fatores que exercem influência na adesão das empresas aos ODSs em seus relatórios de sustentabilidade.

Os resultados confirmam o pressuposto de que o desenvolvimento de práticas de RSC são fundamentais no desencadeamento e integração dos ODSs aos objetivos do negócio (Oginni & Omojowo, 2016; Wofford et al., 2016; Adams, 2017; Ngai et al., 2017; Schönherr, Findler, & Martinuzzi 2017; Giannetti et al., 2018; Pedersen, 2018; Xia et al., 2018).

Dos diversos fatores considerados na investigação, o mais consistente é o de que o desempenho em RSC se reverte em fator preponderante para as empresas aderirem aos ODSs na divulgação voluntária, corroborando às evidências empíricas de Rosati e Faria (2018), Rosati e Faria (2019) e Hummel (2019), permitindo aceitar a hipótese H_2 (o desempenho em RSC afeta a adesão da empresa aos ODSs). Os achados reforçam o pressuposto de que o desenvolvimento de práticas de RSC facilitam a integração dos ODSs aos objetivos do negócio (Giannetti et al., 2018).

Por meio dos achados do presente estudo, é possível aceitar parcialmente a hipótese H_1 (os fatores endógenos afetam a adesão da empresa aos ODSs), pois somente o tamanho da empresa representa um fator relevante para explicar a motivação das empresas em aderir aos ODSs no relatório de sustentabilidade. Os demais fatores causam, de modo não direto, um frágil efeito na adesão das empresas aos ODSs, em âmbito internacional.

Apesar da força individual do maior desempenho em RSC, do maior tamanho da empresa e, em alguns modelos, do menor crescimento de vendas, os resultados não permitiram confirmar a hipótese H_3 (o desempenho em RSC modera a relação entre os fatores endógenos e a adesão da empresa aos ODSs), sugerindo um efeito direto sobre a adesão aos ODSs.

Em geral, percebe-se que o desempenho em RSC pode ser minimizado diante dos fatores endógenos, especificando que a auditoria por firma *big four* mantém a relação esperada com o efeito moderador da RSC. A rejeição da hipótese da influência dos fatores endógenos na adesão aos ODSs confirma que as características das empresas não interferem nas práticas de desenvolvimento sustentável e que o compromisso das empresas com as ações de RSC pode fazer com que as metas globais sejam alcançadas.

5 Considerações Finais

O estudo avaliou o efeito conjunto dos fatores endógenos e do desempenho em RSC na adesão das empresas aos ODSs, no âmbito internacional. A literatura consultada possibilitou observar trabalhos teóricos que analisam os fatores internos e a sua influência na RSC e possível aderência aos ODSs. Os procedimentos utilizados para realização do estudo permitiram obter uma amostra de 2.786 empresas, de 35 países pertencentes ao grupo econômico G-20, que consideraram os ODSs na publicação do relatório GRI, em 2018.

Os resultados mostraram que 300 empresas (10,77%) declararam a adesão aos ODSs na publicação do relatório de sustentabilidade. A amostra concentrou mais países na Europa (49,34%) e na América do Norte (20%), representando quase 70% de todas as empresas pesquisadas. Em relação aos fatores endógenos, percebeu-se de forma sutil que empresas maiores e com menores níveis de crescimento tendem a decidir pela adoção aos ODSs em seus relatórios.

Os principais achados apontam que empresas com maior desempenho em RSC são mais propensas a publicar o relatório de sustentabilidade alinhado aos princípios dos ODSs. A pesquisa adiciona *insights* à literatura sobre o tema, permitindo discussões sobre os efeitos das práticas de RSC nas abordagens dos relatórios de sustentabilidade. Pode-se inferir que o papel da sustentabilidade tem se intensificado para definir a direção do negócio. O estudo auxilia na compreensão da relação entre a disposição de uma organização em abordar os ODSs em seu relatório de sustentabilidade e fatores institucionais internos, em âmbito internacional.

O estudo apresenta contribuições práticas. Em primeiro lugar, sugere que as empresas maiores alocam mais tempo e dinheiro em suas práticas de desenvolvimento sustentável em decorrência da maior preocupação com a sua imagem pública (legitimidade) e desenvolvem melhor consciência sobre a divulgação de práticas alinhadas aos ODSs, por estarem mais expostas à força exercida pelas partes interessadas. Em segundo lugar, os ODSs fornecem um conjunto comum de objetivos de interesse das partes interessadas e empresas com maior experiência e desempenho em RSC estão mais propensas a considerar a adesão aos ODSs em seus relatórios. Por terceiro, fatores internos de desempenho econômico não motivam a adesão aos ODSs.

Dentre as limitações do estudo, pode-se considerar o fato de ter sido consideradas apenas empresas que utilizaram um determinado modelo de relatório, neste caso, empresas listadas na base GRI. Como proposta para estudos futuros, sugere-se avaliar outros indicadores endógenos, como o número de colaboradores, a concentração acionária e o segmento de mercado. Adicionalmente, pode-se sugerir a inclusão de fatores externos, incluindo valor de mercado e dimensão cultural do país. Recomenda-se a comparação da influência entre os fatores endógenos e exógenos nas práticas de RSC e na adoção aos ODSs.

Referências

- Acabado, D. R., Branca, A. S., Catalão-Lopes, M., & Pina, J. P. (2019). Do distinct CSR categories have distinct determinants? The roles of market structure and firm size. *European Management Review*, 17(1), 5-17. <https://doi.org/10.1111/emre.12341>
- Adams, C. (2017). Conceptualising the contemporary corporate value creation processes. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 30(4), 906-931. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2016-2529>
- Albinger, H. S., & Freeman, S. J. (2000). Corporate social performance and attractiveness as an employer to different job seeking populations. *Journal of Business Ethics*, 28(3), 243-253. <https://doi.org/10.1023/A:1006289817941>
- Albuquerque, A. R. F., Sousa, A. L.C., Lopes, H. S., Guimarães, D. B., & Ponte, V. M. R. (2019). Influência da internacionalização e da governança corporativa na responsabilidade social corporativa. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 18(3), 397-419. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v18i3.2767>
- Arminen, H., Puumalainen, K., Patari, S., & Fellnhofer, K. (2018). Corporate social performance: inter-industry and international differences. *Journal of Cleaner Production*, 177, 426-437. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.250>
- Attig, N., Narjess B., Sadok, G., & Guedhami, O. (2016). Firm internationalization and corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, 134(2), 171-197. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2410-6>
- Batistella, A. J., Mazzioni, S., & Dal Magro, C. B. (2020). Efeito da cultura nacional na responsabilidade social corporativa. *Revista de Administração IMED*, 10(1), 63-85. <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2020.v10i1.3666>
- Behringer, K., & Szegedi, K. (2016). The role of CSR in achieving sustainable development-theoretical approach. *European Scientific Journal*, 12(22), 10. <https://doi.org/10.19044/esj.2016.v12n22p10>
- Bhattacharya, C. B., Korschun, D., & Sen, S. (2009). Strengthening stakeholder-company relationships through mutually beneficial corporate social responsibility initiatives. *Journal of Business Ethics*, 85(2), 257-272. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9730-3>
- Biermann, F., Kanie, N., & Kim, R. E. (2017). Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN sustainable development goals. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26(27), 26-31. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.01.010>
- Brooks, C., & Oikonomou, I. (2018). The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: a review of the literature in accounting and finance. *The British Accounting Review*, 50(1), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.11.005>
- Cadbury, A. (2006). Corporate social responsibility. *Journal of the Academy of Social Sciences*, 1(1), 5-21. <https://doi.org/10.1080/17450140600679883>

- Campos, S. A. P., & Gallon, S. (2016). Responsabilidades individuais ou pressões institucionais? Discussões sobre o papel dos gestores na definição de responsabilidades corporativas. *Revista de Administração IMED*, 6(2), 237-250. <https://doi.org/10.18256/2237-7956/raimed.v6n2p237-250>
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505. <https://doi.org/10.5465/amr.1979.4498296>
- Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34(4), 39-48.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility. *Business and Society*, 8(3), 268-295. <https://doi.org/10.1177/000765039903800303>
- Carroll, A. B. (2016). Carroll's pyramid of CSR: taking another look. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 1(3), 1-8. <https://doi.org/10.1186/s40991-016-0004-6>
- Christensen, D. M. (2016). Corporate accountability reporting and high-profile misconduct. *The Accounting Review*, 91(2), 377-399. <https://doi.org/10.2308/accr-51200>
- Clarkson, M. B. E. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, 20(1), 92-117. <https://doi.org/10.2307/258888>
- Dallabona, L. F., Gonçalves, M., & Radloff, E. G. (2018). Fatores determinantes da composição e endividamento das empresas listadas na BM&FBovespa entre os mandatos presidenciais Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014). *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 6(3), 54-74. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2018v6n3.37372>
- Deegan, C. (2002). Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15(3), 282-311. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Dias Filho, J. M. (2012). A pesquisa qualitativa sob a perspectiva da teoria da legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidência contábil. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, 9(1), 72-86.
- Dijkmans, C., Kerkhof, P., & Beukeboom, C. J. (2015). A stage to engage: social media use and corporate reputation. *Tourism Management*, 47, 58-67. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.09.005>
- Duman, D. U., Giritli, H., & Mcdermott, P. (2016). Corporate social responsibility in construction industry: a comparative study between UK and Turkey. *Built Environment Project and Asset Management*, 6(2), 218-231. <https://doi.org/10.1108/BEPAM-08-2014-0039>
- Elkington, J. (2011). *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, L. F., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman.
- Giannetti, B. F., Coscieme, L., Agostinho, F., Oliveira Neto, G. C., Almeida, C. M. V. B., & Huisingh, D. (2018). Synthesis of the discussions held at the International Workshop on Advances in Cleaner Production: ten years working together for a sustainable future. *Journal of Cleaner Production*, 183, 481-486. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.024>
- Global Reporting Initiative. (2016). *What is sustainability reporting?* Recuperado de <https://database.globalreporting.org/SDG-12-6/about-sustainability-reporting>
- Goldberger, A. S. (1998). *Introductory econometrics*. Harvard University Press.
- Guandalini, I., Sun, W., & Zhou, L. (2019). Assessing the implementation of sustainable development goals through switching cost. *Journal of Cleaner Production*, 232, 1430-1441. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.06.033>
- Gujarati, D. N. (2006). *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of Cleaner Production*, 59, 5-21. <https://doi.org/10.1016/J.JCLEPRO.2013.07.005>
- Halkos, G., & Skouloudis, A. (2018). Corporate social responsibility and innovative capacity: intersection in a macro-level perspective. *Journal of Cleaner Production*, 182(1), 291-300. [10.1016/j.jclepro.2018.02.022](https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.022)
- Hoque, N., Rahman, A. R. A., Molla, R. I., Noman, A. H. M., & Bhuiyan, M. Z. H. (2018). Is corporate social responsibility pursuing pristine business goals for sustainable development? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(6), 1130-1142. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.05.157>
- Hummel, K. (2019). *Reporting on the sustainable development goals: early evidence from Europe*. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3411017>
- Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of traditional sustainability reporting versus integrated reporting: an institutionalist approach. *Business Strategy and the Environment*, 21, 299-316. <https://doi.org/10.1002/bse.740>
- Jones, T. (1995). Instrumental stakeholder theory: a synthesis of ethics and economics. *Academy of Management Review*, 20(2), 404-437. <https://doi.org/10.2307/258852>
- Keijzers, G. (2005). *Business, government and sustainable development*. Abingdon, New York: Routledge.
- Kharas, H., & Zhang, C. (2014). New agenda, new narrative: what happens after 2015? *SAIS Review of International Affairs*, 34(2), 25-35. <https://doi.org/10.1353/sais.2014.0019>
- Kolk, A., & Tulder, R. (2010). International business, corporate social responsibility and sustainable development. *International Business Review*, 19(2), 119-125. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2009.12.003>
- Kouloukoui, D., Gomes, S. M. S., Marinho, M. M. O., Torres, E. A., Kiperstok, A., & Jong, P. (2018). Disclosure of climate risk information by the world's largest companies.

- Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, 23(8), 1251-1279. <https://doi.org/10.1007/s11027-018-9783-2>
- Lopes, I. F., Kaveski, I. D. S., Beuren, I. M., & Theiss, V. (2019). Relação entre a remuneração dos executivos e a estrutura de endividamento de empresas listadas na [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão. *Gestão & Regionalidade*, 35(106), 177-196. <https://doi.org/10.13037/gr.vol35n106.5342>
- Lourenço, I. C., & Branco, M. C. (2013). Determinants of corporate sustainability performance in emerging markets: the Brazilian case. *Journal of Cleaner Production*, 57, 134-141. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.06.013>
- Marin, L., & Ruiz, S. (2007). "I need you too!" Corporate identity attractiveness for consumers and the role of social responsibility. *Journal of Business Ethics*, 71(3), 245-260. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9137-y>
- Martins, A. S. R., Quintana, A. C., Jacques, F. V. S., & Machado, D. P. (2013). O balanço social como instrumento para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 10(19), 49-70. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2013v10n19p49>
- Mello, M. F., & Mello, A. Z. (2018). Uma análise das práticas de responsabilidade social e sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso. *Gestão & Produção*, 25(1), 81-93. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X1625-16>
- Moir, L. (2001). What do we mean by corporate social responsibility? *Corporate Governance*, 1(2), 16-22. <https://doi.org/10.1108/EUM0000000005486>
- Ness, M. R. (1992). Corporate Social Responsibility. *British Food Journal*, 94(7), 38-44. <https://doi.org/10.1108/00070709210019022>
- Ngai, E. W. T. et al. (2017). Business sustainability and corporate social responsibility: case studies of three gas operators in China. *International Journal of Production Research*, 56(1-2), 660-676. <https://doi.org/10.1080/00207543.2017.1387303>
- Oginni, O., & Omojowo, A. (2016). Sustainable development and corporate social responsibility in sub-Saharan Africa: evidence from industries in Cameroon. *Economies*, 4(2), 10. <https://doi.org/10.3390/economies4020010>
- Pedersen, C. S. (2018). The UN sustainable development goals are a great gift to business! *Procedia CIRP*, 69, 21-24. <https://doi.org/10.1016/j.procir.2018.01.003>
- Pinheiro, B. G., Vasconcelos, A. C., Luca, M. M. M., & Crisóstomo, V. L. (2017). Estrutura de capital e governança corporativa nas empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(4), 451-466. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v11i4.1706>
- Ricardo, V. S., Barcellos, S. S., & Bortolon, P. M. (2017). Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: fatores determinantes de divulgação. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11(1), 90-104. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v11i1.1233>

- Rizzi, D. I., Mazzioni, S., Moura, G. D., & Oro, I. M. (2019). Fatores determinantes da conformidade dos relatórios integrados em relação às diretrizes divulgadas pelo International Integrated Reporting Council. *RGSA*, 13, 21-39. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v13i1.1596>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019). Addressing the SDGs in sustainability reports: the relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312-1326. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.107>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2018). Business contribution to the sustainable development agenda: organizational factors related to early adoption of SDG reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(3), 529-700. <https://doi.org/10.1002/csr.1705>
- Schamade, W.(2017). Investing in the UN sustainable development goals: opportunities for companies and investors. *Journal of Applied Corporate Finance*, 29(2), 87-99. <https://doi.org/10.1111/jacf.12236>
- Schönherr, N., Findler, F., & Martinuzzi, A. (2017). Exploring the interface of CSR and the sustainable development goals. *Transnational Corporations*, 24(3), 33-47. <https://doi.org/10.18356/cfb5b8b6-en>
- Silva, A. L. C. (2005). *Governança corporativa e decisões financeiras no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Soschinski, C. K., Brandt, E., & Klann, R. C. (2019). Internacionalização e práticas de responsabilidade social corporativa em empresas brasileiras. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 12(1), 47-64. <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2019120103>
- Suganthi, L. (2019). Examining the relationship between corporate social responsibility, performance, employees' pro-environmental behavior at work with green practices as mediator. *Journal of Cleaner Production*, 232, 739-750. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.05.295>
- Thorlakson, T., Zegher, J. F., & Lambin, E. F. (2018). Companies' contribution to sustainability through global supply chains. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 115(9), 2072-2077. <https://doi.org/10.1073/pnas.1716695115>
- Topping, N. (2012). How does sustainability disclosure drive behavior change? *Journal of Applied Corporate Finance*, 24(2), 45-48. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6622.2012.00377.x>
- United Nations Global Compact. (2018a). *Global goals for people and planet*. Recuperado de <https://www.unglobalcompact.org/sdgs/about>
- United Nations Global Compact. (2018b). *How your company can advance each of the SDGs*. Recuperado de <https://www.unglobalcompact.org/sdgs/17-global-goals>
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*. Recuperado de <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

- Wofford, D., MacDonald, S., & Rodehau, C. (2016). A call to action on women's health: putting corporate CSR standards for workplace health on the global health agenda. *Globalization and Health*, 12(1), 68. <https://doi.org/10.1186/s12992-016-0206-4>
- Xia, B., Olanipekun, A., Chen, Q., Xie, L., & Liu, Y. (2018). Conceptualising the state of the art of corporate social responsibility (CSR) in the construction industry and its nexus to sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, 195, 340-353. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.05.157>
- Zanten, J. A., & Tulder, R. (2018). Multinational enterprises and the sustainable development goals: an institutional approach to corporate engagement. *Journal of International Business Policy*, 1(3-4), 208-233. <https://doi.org/10.1057/s42214-018-0008-x>